

Ata do Conselho Municipal de Educação de Guaçuí

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às dezessete horas e cinco minutos, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Guaçuí. Estiveram presentes: Célia Maria Braga de Oliveira, Érika Ribeiro Marques Coelho, Emerson de Paula Azevedo, Kelly Cristina Salarolli Souza, Márcia Maria de Oliveira, Rogério Tomé da Silva, Ricardo Antônio Soares Vieira, Michele Frangilo Barbosa, Jadir Corrêa Figueiredo, Gilda Amith Glória, Aparecida Cristina Soares Vieira e Edmar da Silva. A Secretária Municipal de Educação, Gilda Amith Glória, iniciou a reunião dialogando sobre a municipalização da CEEMTI Escola Monsenhor Miguel de Sanctis, situada na rodovia Norival Couzi, BR 482. Explicou que o prédio foi cedido ao município, que atenderá inicialmente, no turno matutino, o Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano) e, futuramente, funcionará em tempo integral. No turno noturno continuará funcionando a EJA (Escola do Estado). Informou que, de acordo com orientações da Superintendência Regional de Guaçuí, o município deverá criar uma nova escola, e todos os documentos de criação deverão ser encaminhados à Câmara de Vereadores e também ao Conselho Estadual de Educação para aprovação. Ressaltou que esse processo de municipalização foi iniciado no ano de dois mil e três e houve urgência em sua efetivação devido ao fato de a Escola Deocleciano de Oliveira estar superlotada, necessitando de medidas para amenizar essa situação. Além disso, destacou que havia a decisão de que ou o município assumiria todas as escolas de Ensino Fundamental ou o Estado o faria, o que não seria favorável ao município, pois acarretaria redução de recursos e graves prejuízos aos professores efetivos e DTs. Devido ao grande quantitativo de alunos matriculados na Escola Deocleciano, foram abertas somente cento e oitenta vagas para o 6º ano em dois mil e vinte e seis, e novas matrículas para alunos do 6º ao 9º ano serão realizadas na nova escola. Ficou esclarecido que a Escola Monsenhor Miguel de Sanctis permanecerá sendo do Estado e que a nova escola criada terá outro nome, conforme legislação que impede a existência de duas instituições com a mesma denominação. Informou ainda que essa nova escola deverá possuir Regimento Interno próprio. A Secretária destacou a importância dessa decisão, que contribuirá para a garantia de uma educação de qualidade e evitará prejuízos financeiros ao município. Após sanadas as dúvidas sobre a municipalização, Célia solicitou que a convocação do conselho para reuniões seja feita com antecedência, pois reuniões marcadas intempestivamente podem prejudicar a participação necessária para apreciação e aprovação das pautas. A Secretária comprometeu-se a organizar as agendas com antecedência e solicitou que o conselho se reúna com ela no início de fevereiro do próximo ano para dialogar sobre novas propostas para tornar a educação nas escolas mais humanizada, com inserção de música e dança nas atividades escolares. Célia questionou ainda sobre a situação da diretora da Creche Dona Niquita, cuja pauta foi apresentada ao conselho no início do ano pela secretária anterior, sem que até o momento houvesse solução. Gilda informou que a diretora foi notificada e que o prazo para apresentação

das prestações de contas se encerrava na data de hoje. Comunicou que, no dia amanhã, procuraria o setor jurídico para verificar a entrega dos documentos e, caso não houvesse resolução, novas medidas seriam adotadas, uma vez que os recursos destinados à creche se encontram bloqueados. Célia questionou também sobre os documentos assinados a respeito do atendimento em tempo integral da Creche Rita Perdigão, e Márcia informou que, devido à municipalização, haveria grande impacto financeiro; por isso, decidiu-se que, no momento, a creche não atenderá em tempo integral. Edmar perguntou sobre uma verba destinada à creche, e Márcia esclareceu que o recurso recebido não é específico para essa unidade, mas sim para escolas de tempo integral. Foi perguntado ainda sobre o processo seletivo para professores do município que atuarão em 2026, e Gilda informou que haverá seleção com apresentação de títulos, pois a legislação não permite renovação de contratos e, neste ano, faltaram muitos professores, sendo necessária a realização do processo seletivo. Para 2027, haverá prova, e os pontos da PND serão aproveitados na seleção. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Jadir Corrêa Figueiredo, secretária, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos presentes.